



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ESCOLA NAVAL, NO RIO DE JANEIRO, RJ, 15 DE DEZEMBRO DE 1997

Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, meu companheiro Marcello Alencar; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Oficiais-Generais; Senhores Alunos dos Cursos de Altos Estudos das Forças Armadas; Senhoras e Senhores,

O Almirante Mauro César, nessa breve introdução, mencionou que não era necessária uma apresentação nem a definição do porquê deste nosso encontro. E assim é, porque é para mim uma grande satisfação, honra mesmo, poder, pela terceira vez, me dirigir aqui, nesta reunião juntando as Escolas de Altos Estudos das três Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra, de maneira direta, aos Senhores, como Presidente da República e, portanto, como Chefe Supremo das Forças Armadas.

Acho que essa prática foi inaugurada por mim. É uma prática que a mim me parece importante, porque permite uma relação mais pessoal, mais franca, mais direta entre o Presidente da República e esse segmento tão importante de brasileiros, que tem contribuído tanto para que o Brasil continue num caminho de progresso, de prosperidade e de paz.

Acho que, no dia de hoje, gostaria de, mais uma vez, mostrar a relação entre as ações do Governo e as concepções, que não são apenas minhas, mas que são de uma parte importante da sociedade brasileira e que têm sido, foram apoiadas, através das urnas, na eleição de 94. Gostaria de, portanto, iniciar por aí, para mostrar, o quanto possível, a coerência com a qual o Governo tem procurado encaminhar questões que são relevantes e que dizem respeito à orientação geral do nosso país.

Para mim, na medida em que os Senhores, que representam uma parte, um segmento tão importante do Estado, puderem acompanhar, com maior número de informações e mais diretamente, não só a motivação, como também as conseqüências das atitudes tomadas pelo Governo, nós todos poderemos, de maneira também mais eficaz, corresponder, cada um no nosso nível específico de responsabilidade perante o País, àquilo que o País espera de nós.

Gostaria, por isso mesmo, de iniciar comentando a finalidade da insistência que o Governo tem tido nas reformas constitucionais e o porquê de, neste momento particular da vida brasileira, nós estarmos de tal maneira empenhados nisso, que muitas vezes existe até mesmo a possibilidade de uma percepção de que o Governo estaria demasiado enfronhado em meandros da política e, talvez, com isso, menos preocupado – o que não é verdadeiro – com a administração.

A razão é simples: é que nós estamos convencidos – e eu assim expus, sempre – de que é preciso uma profunda transformação do Estado brasileiro. E essa transformação do Estado brasileiro – e também nisso eu quero ser bastante reiterativo e claro – não tem como motivação nenhuma idéia ancorada no aspecto ideológico que possa significar o debilitamento do Estado ou o encolhimento desnecessário – desnecessário é o encolhimento – do Estado brasileiro, senão que todas as nossas ações visam, ao contrário, à reconstrução do aparelho estatal brasileiro, de tal maneira que ele possa corresponder aos anseios do povo do Brasil e aos desafios pelos quais o Brasil passa como Nação, diante das transformações ocorridas no plano global, no plano internacional.

Se eu pudesse utilizar a linguagem que é mais apropriada aos Senhores, eu diria que nós estamos atualizando o nosso estudo de situação,

para que nós possamos, realmente, corresponder aos desafios da maneira pela qual esses desafios se apresentam contemporaneamente.

Portanto, essa busca de reconstrução do Estado tem como objetivo precípua transformar o Estado em alguma coisa que, por um lado, atenda, efetivamente, aos anseios da população, que eu vou especificar, e, por outro lado, possa, efetivamente, conduzir a Nação por caminhos que nos levem a uma melhor inserção, em termos da nossa posição como país, no concerto internacional. Esses são os objetivos, as finalidades efetivas de por que o Governo se empenha tanto em algumas transformações no aparelho do Estado.

E muitas foram feitas. Eu até começaria por mencionar as que foram feitas, para, depois, me referir àquelas que estão ainda a caminho, àquelas que estão sendo realizadas.

Se eu lesse para os Senhores – e o farei de uma maneira breve – o conjunto de medidas que foram enviadas ao Congresso e que foram aprovadas pelo Congresso, com os percalços naturais do regime democrático, que não é um regime no qual o Executivo possa, nem deva, impor, senão que deva propor e deva estar preparado para defender as suas propostas, portanto deve estar preparado para convencer, e a melhor maneira de convencer não é limitar a ação do Executivo ou o convencimento a um segmento específico, senão que falar o mais amplamente possível à Nação e também ao segmento específico, no caso, o Congresso Nacional. Pois bem, com esse espírito, nós fizemos propostas muito variadas ao Congresso e muitas delas foram acolhidas.

Se me permitem, apenas para lembrar – depois eu volto ao que falta – nós conseguimos algumas emendas constitucionais importantes. Não preciso recordar as dificuldades que existem para uma reforma da Constituição – e é assim que deve ser mesmo. Constituição não é uma matéria que se possa reformar sem que haja, efetivamente, quórum qualificado, oposição debatendo, dificuldades inerentes ao processo, até que haja um convencimento mais amplo da nação. E com esse procedimento nós modificamos o sistema de telecomunicações, com medidas e emendas que foram feitas no início do Governo, em 95; de gás canalizado; da concepção mesma, da conceituação mesma de empresa brasilei-

ra, para englobar a idéia de empresa que produz no Brasil; a flexibilização do monopólio de petróleo, que tem dado à Petrobras uma condição excepcional para seguir adiante, ao contrário do que alguns imaginavam; a redefinição da navegação de cabotagem, para qual o Ministério da Marinha deu uma contribuição muito importante, e nas outras áreas, sempre que possível, os Ministérios militares também têm participado; a criação do Fundo Social de Emergência, que foi o mecanismo para permitir simplesmente maior flexibilidade na utilização dos recursos orçamentários, para evitar que o Estado ficasse de tal maneira engessado que não tivesse como atender às necessidades do País, até mesmo as rotineiras. Isso só para mencionar as reformas iniciais que foram aprovadas.

Mas nós fizemos muitas outras transformações com o apoio do Congresso. Fizemos, por exemplo, só também para mencionar, algumas leis importantes, a implementação do Cade, que é a defesa da ordem econômica e dos direitos do consumidor, matéria essencial para que o Brasil se apresse a ser, realmente, uma sociedade democrática, na qual, ao lado da força inerente à globalização da economia, dos grandes conglomerados, das grandes empresas multinacionais e nacionais, haja também órgãos que possam olhar para o interesse do consumidor e possam, por outro lado, defender a ordem econômica e evitar a concentração, quando essa concentração passa a ser lesiva aos objetivos maiores, que são os objetivos de ampliar a competitividade e não a de substituir monopólios públicos por monopólios privados.

Aprovamos todas as leis relativas ao estabelecimento do Plano Real. Se os Senhores se recordarem, isso foi um processo longo, eu ainda era Ministro da Fazenda quando nós o iniciamos, no Governo Itamar Franco. E as dificuldades foram imensas, porque num país todo ele imbuído de uma cultura inflacionária era muito difícil acreditar que fosse possível passar de um regime de inflação para um regime de normalidade, em que a moeda não perdesse o valor todos os dias. E a criatividade, que não foi minha, mas da equipe que eu organizei, permitiu através, sobretudo, da URV, que é a unidade real de valor, que nós começássemos a mudar a nossa percepção do valor da moeda. Se houve

algum elemento de criatividade mais importante no Plano Real, foi exatamente a introdução dessa noção de URV.

E o que mais me surpreendeu, agradavelmente, na época, além do fato mesmo de nós dispormos de economistas brilhantes, capazes de propor idéias audaciosas, foi o fato de a população brasileira ter entendido com uma rapidez espantosa, graças, é certo, aos meios de comunicação de massa, que difundiram esse mecanismo, um instrumento que era altamente sofisticado e que era, se posso dizer, hoje, dessa maneira, uma espécie de hiperinflação programada e controlada. Como dizia o Ministro Mário Henrique Simonsen – o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen –, era como se fosse alguém patinando na neve, que podia, perfeitamente, sair-se muito bem, mas podia também quebrar as pernas, porque era muito difícil o deslizamento de preços que poderia ter tido conseqüências muito difíceis de controlar. Nós sabíamos dos riscos, tomamos as medidas. Por isso, o Fundo Social de Emergência, para garantir aquilo que era importantíssimo, que era algum controle no gasto público, sem o que não seria possível segurar, mais adiante, o processo de estabilização.

E nós nos beneficiamos, naturalmente, das experiências históricas dos vários planos, notadamente do Plano Cruzado, e muitos dos colaboradores do Plano Cruzado foram também colaboradores do Plano Real. E eles sabiam, como todas as pessoas que entendem um pouquinho de economia sabem, que o Plano Cruzado não funcionou porque ele fez duas coisas equivocadas. Uma: deu um aumento real de salário inicial, e isso provocou uma pressão de demanda muito grande; duas: não tomou as medidas de contenção do gasto público, não alterou nada no plano fiscal e, portanto, digamos, a pirotecnia meramente no plano da redução da inflação, de mudança de moeda, de corte de zero, não funciona, porque um plano econômico não é um passe de mágica, é uma ação consistente, coordenada e tem que ir às causas do processo inflacionário. Não pode, pura e simplesmente, reduzir tudo a uma transformação simbólica de moedas.

É claro que essa transformação foi importante também, como no caso do Real, quando nós, até fisicamente, trocamos a moeda, para

mostrar que nós estávamos abrindo uma nova etapa. Mas a nova etapa só pôde ter consistência, como tem tido nesses anos todos, porque nós tivemos um plano de contenção de gastos muito forte – e nós todos somos testemunhas diretas e pessoais disso –, como também porque nós não cedemos às pressões iniciais que eram, para começar, por um aumento de salário.

E muitos dos Senhores se recordarão de que eu, Ministro da Fazenda – e a mim me doeu, por toda a minha história – pedi veto ao salário mínimo e, como Presidente da República, vetei um aumento de salário mínimo dado pelo Congresso, porque era demagógico e teria como conseqüência, naturalmente, uma pressão enorme sobre o consumo e outra vez haveria a volta do processo inflacionário.

De qualquer maneira, o Plano Real, tal como ele foi mandado, por medida provisória, teve vigência durante, creio, mais de dois anos, como medida provisória. Finalmente o Congresso, depois que já estava evidente que as coisas dariam certo, aprovou o Plano Real.

Mudamos a concepção nossa sobre o plano de patentes, marcas e patentes, para permitir uma inserção competitiva do Brasil na economia globalizada. Eu ainda era Ministro do Exterior quando essa matéria apareceu no meu gabinete. Eu próprio custei a entender todos os mecanismos. Tive apoio de outros ministros, notadamente do então Ministro de Indústria e Comércio, que era o Senador Andrade Vieira, do Ministro de Ciência e Tecnologia, que era o Ministro Israel Vargas, para entender um pouco melhor quais eram as condições novas pelas quais era necessário haver uma lei de patentes. E, depois de anos e anos de discussão, aprovamos essa Lei de Patentes.

Nós instituímos, o Congresso instituiu, a CPMF, que foi uma necessidade, porque, dentro do sistema em marcha, que é o de contenção de gastos públicos, não poderíamos deixar de olhar também para algumas questões candentes da área social, entre as quais a saúde. E eu voltarei ao tema da saúde, mais adiante, para dar algumas informações mais específicas. De qualquer maneira, apesar da oposição, até justa, quanto à CPMF, porque ela é um imposto em cascata e, portanto, acarreta custos de produção e, portanto, o consumidor pode pagar algum preço

e o exportador também, o Congresso entendeu que era necessário dar um apoio a algumas áreas sociais.

Aprovamos alterações importantes no código de mineração. Mudamos profundamente a legislação tributária federal. A reforma tributária – e a ela já me referirei como emenda constitucional – ainda está em marcha. Mas nós modificamos profundamente o sistema tributário federal. Nós reduzimos, como os Senhores sabem, as alíquotas, as duas alíquotas para o Imposto de Pessoa Física, que é de 15% e de 25%. Nós, inclusive, alteramos o que já tinha sido feito anteriormente no Fundo Social de Emergência, que era um aumento igual ao que foi proposto agora, de 15% para 16,5% e de 25% para 27,5%. E nós reduzimos a alíquota que é paga também pelo setor produtivo.

Nós alteramos profundamente o sistema tributário para a pequena e a média empresas. Todos os impostos federais se reduzem, hoje, a um imposto para a micro e a pequena empresas, chamado Simples, que teve uma adesão, até agora, de mais de 1 milhão de empresas, que só não foi maior, em outras áreas, porque os governos estaduais ainda não puderam fazer os ajustes, no que diz respeito aos tributos estaduais, para que nós possamos simplificar todos eles num só tributo.

Nós aliviamos, com a chamada Lei Kandir, o ICMS dos produtos de exportação, o que deu uma vantagem competitiva grande, sobretudo, ao setor de produção de grãos brasileiro. E é por isso que houve uma expansão muito grande, de 11% neste ano, no nosso comércio exterior, em termos físicos, porque nós conseguimos, realmente, baixar o sistema tributário nessa matéria.

Enfim, houve muitos avanços. Simplificamos enormemente os formulários de pagamento de Imposto de Renda. Atualizamos a devolução. Muitas modificações na legislação tributária. Mudamos o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica sobre o lucro líquido, também. Alteramos a Lei de Falências. Estabelecemos um Conselho de Ciência e Tecnologia.

Regulamentamos a Lei de Concessão de Serviços Públicos, que é de minha autoria. Eu levei cinco anos para aprovar essa lei, como Senador. Só pude aprová-la como Presidente da República, e não foi fácil, porque muita gente não entendia o significado dessa lei, que hoje é utilizada

amplamente. E acho que não há um só Governo no Brasil que não a tenha utilizado, independentemente dos partidos que elejam os governadores. Estejam apoiando o Governo ou estejam na oposição, todos eles perceberam que nós precisamos alterar a forma de gerir certas áreas do Estado.

Nós também modificamos a questão da exploração das rodovias e dos portos federais pelos estados. Estamos estadualizando e passando também pelo mecanismo da Lei de Concessão de Serviços Públicos todos os sistemas de transportes, de rodovias e de portos. Portos, se dizia que era inviável. Graças, de novo, à cooperação de setores das Forças Armadas, foi possível avançar. E avançamos bastante na modernização e na negociação, porque tampouco se pode fazer isso sem uma negociação legítima com os trabalhadores, com seus interesses específicos nos portos.

Fizemos a Lei de Telecomunicações e, embora eu seja leigo na matéria, pelo que ouvi de todos os setores consultados, é uma lei exemplar, no que diz respeito à regulamentação do serviço de telecomunicações. *Idem*, com relação à criação da Aneel, que é uma agência de energia elétrica, já voltarei a esse assunto. Aprovamos uma nova política nacional de recursos hidrográficos. A política energética nacional também, com a criação, que vai ser feita agora, no mês que vem, da Agência Nacional de Petróleo. Aprovamos o Plano Nacional de Educação e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estavam há anos, há dezenas de anos – não sei se dezenas –, mas há muitos anos paralisados no Congresso Nacional. Aprovamos o Sistema Nacional de Armas, o Código Nacional de Trânsito brasileiro. E por aí fomos. Até mesmo o Código de Processo Civil avançou bastante. Aprovamos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, do professor do Ensino Fundamental, que terá vigência a partir de 1º de janeiro do ano que vem e que é uma revolução branca em matéria de educação.

Enfim, houve, realmente, no que diz respeito ao Congresso Nacional, muito avanço. Nós estamos modificando a moldura jurídico-institucional do Estado brasileiro.

Para que essa modificação avance, nós ainda precisamos insistir muito. Além da reforma do Judiciário e da reforma política, que são assuntos importantíssimos, e espero que, no momento devido, a agenda nacional possa encará-los, nós estamos em marcha na questão relativa à reforma administrativa, à reforma previdenciária e à reforma tributária.

Falando com toda a franqueza, a reforma tributária só não avançou mais – e eu mencionei os pontos infraconstitucionais que permitiram avanços – porque não existe um consenso: todos querem a reforma tributária, mas cada um quer uma coisa oposta à outra. O empresariado espera que da reforma tributária resulte um pagamento menor de tributos; o consumidor, também; os estados preferem ter uma parte maior; os municípios, também; e a União, também. É muito difícil conciliar esse conjunto de fatores. E é uma questão política, que diz respeito à distribuição dos recursos que são coletados pelos impostos e de saber quem paga o imposto e quanto paga.

Recentemente, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda foi ao Congresso Nacional e apresentou idéias inovadoras que parecem ter tido um apoio mais amplo do conjunto dos congressistas e também do conjunto das forças produtoras. Nós estamos fazendo os cálculos, porque, nessa matéria, se houver um equívoco, quem paga é o Estado brasileiro, que pode ficar ainda mais magro do que já é.

Nós temos, sempre, uma espécie de quadratura do círculo. No Brasil, toda a gente acha que paga muitos impostos e todos os que vão distribuir os recursos dos impostos sabem que esses recursos não dão para atender àquilo que é necessário. E todos os lados têm razão, porque quem paga imposto é uma parcela da população, não é o conjunto, porque existe ainda a sonegação e porque existem dificuldades para a manipulação, ou melhor, a destinação do que seja recurso líquido nas mãos dos estados, porque existem mecanismos institucionais que levam, automaticamente, à transferência de recursos.

Só para recordar, no início da batalha pelo Plano Real, eu levava ao Congresso um gráfico simples. Alguns dos Ministros aqui presentes já eram Ministros, à época, e se recordarão disso. Era um gráfico simples,

que mostrava o seguinte: que o disponível pela União, aquilo que era possível, realmente, ser utilizado pelo Governo Federal, restringia-se a uma parcela muito pequena do conjunto dos impostos. Por que razão? Porque, basicamente, os impostos eram divididos em pessoal – e a destinação é automática; previdência – e a destinação é automática; transferências para estados e municípios – e a destinação é automática; e gastos com as taxas de juros – e a destinação é automática, sob pena de nós ficarmos sufocados. O que sobrava, naquela ocasião, era algo assim em torno de 10 a 12 bilhões de reais por ano.

Com o Fundo Social de Emergência, nós diminuimos as transferências automáticas para certos setores. Com o aumento de arrecadação, da mesma maneira. Mas, ainda hoje, o disponível, efetivamente, para a União não ultrapassa os 20 bilhões de reais, porque o resto é transferência automática. E, desses 20 bilhões de reais, 50% a 55% são destinados à saúde. Ou seja, o resto da administração, no que diz respeito a custeios e a outros gastos de capital, restringe-se à metade do disponível. E todo o setor de saúde reclama que o que utiliza é insuficiente para fazer frente aos gastos de saúde.

Ora, é por isso que nós estamos insistindo não só numa discussão inovadora, que espero que possa começar no ano que vem, sobre, realmente, a questão tributária, de maneira mais ampla, ao redor das idéias apresentadas pela Fazenda há cerca de um mês, mas também na continuação da reforma administrativa e da reforma da Previdência.

Aqui também é muito fácil entender o problema. Se nós formos somar os gastos com pessoal, na União, vamos ver que eles aumentaram enormemente, nos últimos cinco anos. Se formos ver o salário percebido por cada um, vamos ver que não acompanhou, na mesma proporção – longe disso –, a evolução dos gastos. Por que, então? Como é possível explicar que, no Orçamento que nós estamos mandando, agora, ao Congresso, provavelmente, os gastos devam estar por volta de quase 40 bilhões de reais? Isso eu estou citando de memória. Não posso ser exato na matéria. E, digamos, há uns três anos, eram 28 bilhões de reais. Houve um aumento de 12 bilhões de reais. Como se explica isso? Isso se explica por duas razões, quando você pega o gasto total do

Estado, a parte relativa à União. Explica-se porque nós temos aumentos automáticos das folhas de pagamento. Isso é mais grave nos estados e municípios, em que a folha cresce – o Governador Marcello Alencar assenta com o rosto, dizendo que sim – em que a folha cresce sem que haja qualquer decisão adicional. Mesmo que o Governo não tome nenhuma decisão – como não toma –, a folha cresce. E cresce por mecanismos que, muitas vezes, não são os melhores para premiar os que mais trabalham nem os que são mais competentes. E a folha cresce porque houve um aumento dos gastos com benefícios na área previdenciária, que é, realmente, extraordinária.

Eu não trouxe para mostrar-lhes, por isso não tenho aqui mecanismos de projeção. Mas terei, daqui a pouco, uma reunião com correspondentes estrangeiros e tenho, aqui, alguns indicadores de qual foi o aumento desses gastos. E os Senhores poderão ver. Não sei se vêem. Mas eu darei os números: se, em 94, as despesas com os benefícios, como proporção do PIB – olhe, o PIB tem crescido a uma taxa de 3% a 4% ao ano – como proporção do PIB, eles eram 4.8, em 94. Em 95, eram 5.04. Em 96, 5.50. Em 97, se manteve em 5 pontos, até agora, 5.2. Ou seja, entre 94 e 97, nós temos aqui um acrescentamento de quase um ponto do PIB. Um ponto do PIB de hoje são 8 bilhões de reais.

E esses benefícios crescem por causa de vários mecanismos, o principal dos quais é a aposentadoria precoce, a qual leva, naturalmente, a que os gastos sejam exponenciais. E, como a esperança de vida aumenta, esses gastos vão se estendendo no tempo e a previsão, portanto, é de um crescimento maior da necessidade de financiamento da Previdência. E, por outro lado, isso está sendo coibido, porque houve, também, certos abusos na concessão de aposentadorias especiais.

Esse é o miolo da questão, do porquê da reforma administrativa e da reforma previdenciária, no que diz respeito a gastos. É que nós precisamos ter algum mecanismo mais racional para definir a nossa gerência dos recursos públicos. E para que nós possamos ter, no caso da Previdência, e novas idéias virão nessa matéria, não para prejudicar os direitos do aposentado, até porque isso não está em jogo, mas novas idéias virão para tentar criar mecanismos que nos aliviem. Quando se faz a

projeção do déficit do Estado brasileiro a 30 anos de prazo, é assustador, porque isso vai corresponder a mais de um PIB. Eu não vou nem dar o número, porque não confio neles de tão violentos que são. Quando se projeta o que vai acontecer com o Estado brasileiro, *ceteris paribus*, se não houver modificações, nós vamos estar devendo para a Previdência o correspondente ao produto bruto nacional em 30 anos. E esse é um dos elementos de cálculo daqueles que atacam a moeda, que dizem que o Governo não vai ser capaz de sustentar seus gastos no decorrer do tempo, porque não vai ter capacidade de recolher impostos suficientes para pagar esses gastos. Ele vai ter que aumentar o seu endividamento – e, aliás, tem sido verdadeiro, temos aumentado o endividamento porque não temos conseguido gerar superávits capazes de atender a essa matéria.

E aí entra um círculo vicioso. Ao perceberem essa situação, aumentam a taxa de juros. Ao se aumentar a taxa de juros, aumenta o gasto do Governo com processos que não são produtivos, que é o pagamento de juros. É um círculo vicioso que tem que ser quebrado. Daí um empenho tão grande para que sejam aprovadas algumas medidas racionalizadoras do gasto com a Previdência pensando que no futuro as pessoas vão precisar ser aposentadas também e que, nessa situação, projetando-se o presente para o futuro, não há como fazer face aos gastos crescentes.

A reforma administrativa não é para isso. A reforma administrativa é, basicamente, uma reforma que visa a dar maior flexibilidade à administração pública brasileira, uma das quais diz respeito ao Regime Jurídico Único. Aqui, muitos dos Senhores têm experiência direta em administração e sabem que nós vivemos num regime irracional, em que não se distinguem as coisas. Que é preciso aplicar a mesma lei para todos os outros tipos de atividades, para todas as Regiões do Brasil, introduzindo uma rigidez enorme, desnecessária, no sistema de gestão pública.

O Congresso Nacional, na sua primeira versão, pelo menos, aprovou já o fim do Regime Jurídico Único. O fim do Regime Jurídico Único não quer dizer a quebra de direitos, quer dizer a diferenciação possível na gestão, criando situações específicas. Os Senhores têm acompanhado, provavelmente, também o nosso empenho na questão da situação

específica das Forças Armadas, em que nós precisamos de um regime específico. Por sorte, a Câmara aprovou, eu tenho a convicção de que o Senado, com a maior brevidade, aprovará também. O mesmo raciocínio que é válido para as Forças Armadas, é válido para situações específicas do funcionalismo público. Ontem, ou anteontem, no sábado, eu visitei, em Campinas, um aparelho chamado síncrotron, que é um acelerador de partículas, que dá orgulho de ser brasileiro, porque é um aparelho montado por nós, por brasileiros, técnicos brasileiros. E assinei o primeiro decreto da criação do que se chama, e eu não gosto de nomes e assim me referi mais uma vez diante do Ministro Bresser, que teimou em pôr esse nome, uma organização social, ou seja, aquela instituição vai ter maior flexibilidade na contratação de pessoas, na gestão de recursos, vai funcionar com mais autonomia. Isso é fundamental.

Na reforma administrativa, o importante para o Governo, além de coibir acumulações indevidas, coibir abusos, é colocar teto, porque é importante ter o teto na questão salarial. Não tem cabimento, e nós sabemos que existem situações de profunda injustiça, em duplo sentido, de setores muito mal pagos e de setores superpagos. É importante colocar uma referência porque um país não pode, sobretudo um país com tanta desigualdade quanto o Brasil, se sentir motivado quando percebe que alguns setores são efetivamente privilegiados e acumulam salários absolutamente espantosos. E todos nós conhecemos casos de salários, quando eu me refiro a espantosos. Eu recebi no meu gabinete um contracheque de um funcionário que tinha direito a 82 ou 83 mil reais por mês. Direito, e esse direito, como foi coibido aqui e ali, acabou sendo só de receber trinta e poucos mil líquidos. Não era possível. E quanto mais pobre o estado da federação, mais se vê, com muita objetividade, que certos setores controlam uma parte substantiva dos recursos públicos, setores pequenos, e quando se examina a composição desse gasto, não há nada que justifique. Portanto, nós temos que introduzir, e vou lutar o quanto puder para introduzir um limite e para introduzir, também, o chamado subteto, porque não tem cabimento que o limite seja o mesmo para cada município do Brasil. Não tem cabimento que haja gasto com Câmara de Vereadores em

idades em que se faz reunião, nessas câmaras, uma vez por semana à noite. Não tem cabimento que eles tenham uma remuneração que muitas vezes equivale à de alguém que dá aula o dia inteiro. Não tem cabimento, eu acho que certas coisas nós precisamos ter coragem de enfrentar, não é pelo ânimo de diminuir o que alguém percebe. Talvez, em termos absolutos, tudo isso seja muito pouco, mas em termos relativos não o é. E é preciso que haja, portanto, uma maior flexibilidade nessa matéria.

O Governo vai insistir nessas reformas. Vai insistir na criação de mecanismos, sobretudo no que diz respeito às aposentadorias, que sejam corretos. Não passam pela minha cabeça, nem pelo ânimo de ninguém, mecanismos que sejam injustos. Não foi proposta minha a decisão do Senado, tal qual ela foi tomada, no que diz respeito à forma pela qual haverá a variação das aposentadorias. Não foi proposta minha. Manifestei aos senadores o meu desagrado com a proposta. Pedia outra coisa, mas pedia, sim, que houvesse a possibilidade de que se melhorasse o soldo ou o recebimento daqueles que estão em atividade, sem que automaticamente isso se comunicasse aos que não estão em atividade, mas que ao mesmo tempo se garantisse o valor da aposentadoria, tal como ela se deu, no momento em que se aposentou a pessoa, através de um índice, ou de um conjunto de índices, que era o que me parecia mais razoável. Não consegui convencer os senadores nessa matéria, preferiram fazer um outro sistema, pelo qual, ao se aposentar, os que ganham a partir de um certo "x" poderão perder até 30% do valor do seu soldo, do seu salário, o que me parece um exagero, e pior, na prática não vai ser aplicado, pois haverá um dado momento, na Câmara, que alguém vai dizer que não é assim. Eu tenho medo de que não se faça aquilo que é necessário, que é realmente chegar a um sistema racional em que o bom senso prevaleça sobre as ideologias, sobre as acusações, sobre os temores, sobre os privilégios também.

Mas, enfim, eu só queria lhes dizer a razão pelo qual o Governo insiste nessas reformas. É porque essas reformas são fundamentais para dar mais agilidade ao Governo, ao Estado, à administração, é para dar mais viabilidade, no médio e no longo prazos, em termos da situação

de recursos efetivamente disponíveis, para que nós possamos levar adiante essas transformações. Acho que os Senhores sabem que eu sou uma pessoa insistente e, embora freqüentemente possa parecer que eu tenha mais vontade de convergência – e tenho mesmo –, eu não transformo essa convergência num mecanismo para não obter resultados, senão que eu procuro utilizar os mecanismos de convergência, de convencimento, para obter resultados. E vou insistir no Senado para aprovar a reforma, na Câmara para que passe a reforma administrativa, e vou insistir, na Câmara, para que aprovem a reforma da Previdência, a qual não poderá ser suficiente. Nós precisamos criar novos mecanismos, alguns jornais já noticiaram alguns mecanismos que eu acho que serão para facilitar a visão da sociedade de que é necessário realmente dar condições de fundos de acumulação para que as pessoas possam ter uma aposentadoria melhor.

Bem, se comecei por lhes falar sobre o porquê do empenho do Governo nas reformas, como também por reconhecer o esforço grande feito pelo Congresso, que aprovou muitas matérias – eu mencionei apenas algumas –, nós modificamos muitas questões. Eu queria lhes dizer, também, o porquê de tudo isso, em termos da concepção de Estado, da concepção do econômico.

Comecemos pela concepção de Estado. Já lhes disse que, no meu modo de entender, não se trata, longe disso, de debilitar o Estado, trata-se de reconstruir o Estado. Reconstruir em que direção? Acho que há três vertentes principais nesse esforço de reconstrução do Estado. Uma das vertentes, e as leis aprovadas vão nessa direção, faz com que o Estado, em certas matérias, passe a ter uma função regulamentadora mais ativa, uma função produtora mais moderada e que ele possa ser – se eu posso utilizar essa expressão – *desprivatizado*. Vou explicar o que tenho em mente.

Houve um momento da nossa História em que, pelo menos com o meu apoio pessoal, decidido, era necessário criar empresas no Estado. Nós não tínhamos alternativas senão buscar, através de impostos, de fundos de capitalização, de acumulação, a decisão de criar empresas, basicamente, na infra-estrutura do Brasil, para permitir que o País ti-

vesse um patamar de desenvolvimento. A meu ver, isso foi uma coisa positiva.

Vivemos, hoje, num outro momento, em que o Governo não tem mais condições de cobrar mais impostos à sociedade, porque ela se recusa a pagar. Até porque chegamos num certo nível de impostos, também, que tem limites. Não se pode ilimitadamente onerar a sociedade. Não há, portanto, modos mais de capitalizar. As empresas, no mundo atual, passam por um dinamismo enorme, passam por um processo de organização interna de suas estratégias que requerem escala de recursos.

Ainda ontem, eu via na televisão a fusão das empresas de seguros na Europa. Uma empresa é alemã, uma francesa, uma italiana, uma disputa, porque ou elas se unem para ter escala ou não têm como fazer face às outras que estão tendo escala. Mais ainda, a competição no mundo moderno não pode mais ser pensada apenas como competição interna aos países. Muitas vezes, é necessário que se juntem esforços dentro do país, por ele ter que competir com outro lá de fora. Portanto, não se trata, pura e simplesmente, da antiga sociedade liberal de competição, mas é uma sociedade em que a competição se dá através da oligopolização. São poucas as empresas grandes com capacidade tecnológica, com muitos recursos, com capacidade organizacional e que têm como espaço econômico o mundo.

Nessa conjuntura, a capacidade do Governo, do Estado, do aparelho estatal, de injetar recursos para que as empresas possam avançar fica muito diminuída. Nós não temos a capacidade, e a prova está em dez anos de estagnação de todo o setor de energia elétrica que, só nesse meu Governo, nós estamos acrescentando a tudo que foi produzido no Brasil, em matéria de produção de energia, 40% – 40% a mais, até o fim de 98, talvez até ultrapasse esse meu mandato, 99, porque sempre tem que se descontar algum atraso, nós teremos acrescentado 40% a tudo que se fez no Brasil. Por que se parou de fazer? Porque o que se fazia tinha um forte impulso estatal e o Estado entrou em crise; essa que eu acabei de mencionar mal tem recurso para gerir a saúde, pagar seu pessoal, pagar a Previdência, não sobram recursos para investimentos.

Essa retomada dos investimentos no setor de energia, sobretudo hidrelétrica, mas não só, gás também, petróleo também, foi feita através de um sistema novo, que é o sistema de parcerias e o sistema, também, de concessões. Não só de concessões no serviço público, como privatizações.

Quando fui designado pelo Presidente Itamar Ministro da Fazenda, e toda a gente sabe que o fui de surpresa, eu estava, como Ministro do Exterior, voltando de uma viagem ao Japão. Estava nos Estados Unidos quando recebi o telefonema do Presidente Itamar me perguntando se eu aceitava ser Ministro da Fazenda. Eu relutei muito, pedi que não mudasse o Ministro. Ele disse que não fizesse nada sem o consultar. Dormi e, quando acordei, eu já era Ministro da Fazenda. Quando voltei dos Estados Unidos para o Brasil, no avião, vim refletindo sobre o que dizer ao Brasil. Disse duas ou três coisas só. Uma, que nós tínhamos que enfrentar a inflação de qualquer maneira. O problema número um era a inflação, o número dois era a inflação, o número três era a inflação.

O outro, foi que nós não podíamos encarar a questão das privatizações como uma questão ideológica. O Estado não é pior patrão do que o empresário privado, depende. E, por conseqüência, o empresário privado não é melhor patrão do que o Estado, depende. A questão não é ideológica, a questão é outra. Em que condições nós podemos atuar em termos de recursos? Temos dinheiro ou não temos dinheiro? De flexibilidade de atuação e de responsabilidades em geral.

O Estado não pode se omitir, por outro lado. Privatização não pode significar que o Governo deixe de ter capacidade de controle sobre certas áreas. Essa capacidade de controle pode dar-se de várias maneiras. Aqui está o Ministro Lobo, que se recordará, eu é que tenho recordado a insistência dele com a Embraer e que nós acabamos fazendo uma *golden share*. Houve a privatização com *golden share*, e foi possível, graças a isso, avançar na Embraer, o que não significou que o Governo fechou os olhos à Embraer ou que o Presidente da República, no momento necessário, não tenha que dar a mão forte para que a Embraer possa avançar nos seus programas.

A mesma coisa na Companhia Vale do Rio Doce, que tanta discussão equivocada produziu. Lá, também, temos *golden share*. Lá, também, o

que vier a ser descoberto, nas mesmas proporções que no passado, pertencerá ao Governo através dos *royalties*. Lá, também, há determinações que impedem a mudança da destinação da empresa. E lá, também, o Governo não esteve inativo diante da necessidade de que houvesse um controle nacional de impedimento daquela natureza, e apesar de todos os “disse-que-disses” de que haveria acordo com empresas multinacionais, ganharam empresas nacionais, e o principal proprietário, hoje, são os fundos de pensão. Em termos de recursos, são os fundos de pensão, que têm mobilidade muito maior do que o próprio Estado.

Mas isso, digamos, é no que diz respeito ao modo pelo qual cada empresa passa pelo processo de privatização. E cada uma delas terá percalços diferentes. O que não tem que ter percalço diferente, o que se requer com muita energia, é que o Estado tenha instrumento de controle, daí a criação, no caso das hidrelétricas, da Aneel, que é a Agência Nacional que vai controlar esse sistema todo, que é uma Agência designada pelo Presidente da República, aprovada pelo Congresso Nacional. E os Senhores assistiram ao que foi feito, não na Aneel, que não foram nomeados ainda, mas na Agência que vai controlar o serviço de telefonia, os Senhores poderão ver o currículo das pessoas que eu nomeei, são todas pessoas de vida dedicada ao sistema de telefonia e que não têm ligação com o setor privado, portanto não são pessoas que sejam agentes de *lobby*, mas são pessoas que têm respeitabilidade técnica e profissional e, na medida que tiverem apoio do Congresso, de responsabilidade pública, política, poderão ter a força necessária para lidar com interesses que são definidos não por milhões, mas por bilhões, que estão assistindo ao que está acontecendo no que diz respeito a todo um sistema, não só de energia, mas de telefonia, que depois de muitos anos de paralisação foi retomado.

Nós estamos modificando todo o sistema de telefonia brasileira e, dentro de pouco tempo, o próprio consumidor vai sentir, já está sentindo, não só que o preço baixa, como também que retomamos os investimentos para que a melhoria técnica possa ocorrer. E o que no passado era concessão do Presidente da República passou a ser licitação. O que no passado era uma ordem do Presidente, doando a concessão de um

canal de televisão, de um rádio, de um – não havia ainda – de um celular, por decisão nossa, transformou-se num processo público de licitação que, simplesmente, lá adiante, por exemplo, o processo de concessão da banda B, só a banda B – está paralisada na Justiça, porque há disputa entre os competidores, mas é questão de mais dia, menos dia –, vai render mais ou menos 7 bilhões de reais. E estamos vendendo um pedacinho do espectro, com a assinatura minha embaixo. No passado, isso era objeto de dádiva e era objeto de subordinação política, por intermédio da relação de clientelismo, de alguém que dá e outro que recebe e o que daí decorre. Nós mudamos isso, para que houvesse transparência no processo. Tudo é feito publicamente, tudo é feito com licitação, com discussão. Vão para os tribunais, não vão para os tribunais. O Governo tem uma atitude de entender a sua função como um serviço público e como uma responsabilidade pública.

Então, energia elétrica. E energia em geral, porque o gás é incluído também. Telecomunicações. Quem sabe, mais tarde, com certas peculiaridades, os transportes? Nós estamos tirando o poder que era, basicamente, pseudoburocrático, – porque, na verdade, a burocracia estava plugada, ligada a interesses políticos e a interesses privados, pelos *lobbies*, que passaram a ter uma força muito grande na decisão – para criar mecanismos que tenham o endosso constitucional do Congresso e que têm que prestar contas amplamente ao País, e os que têm mandato não estão por tanto tempo, não estão, portanto, sujeitos à pressão direta, nem da política, nem do *lobby* do setor privado.

Aí há toda uma mudança na visão do Estado. Repito: com isso, eu não estou criticando o Estado que foi feito, e foi feito, em certas circunstâncias, da melhor maneira possível. Estou readaptando o Estado para que ele possa continuar a ter a capacidade de conduzir um processo. Outros países privatizaram, não fizeram isso. Não me cabe julgá-los. Mas alguns deles já estão em grandes dificuldades porque não têm um instrumento público capaz de dizer até que ponto vai a concessão, como é que se define a tarifa, se estão realmente cumprindo aquilo com que se comprometeram. E muitos deles não têm sequer o que aqui nós temos: que, quando alguém ganha uma área de grande densidade de-

mográfica, de grande lucratividade, é obrigado a fazer também o serviço nas áreas mais pobres do Brasil. Não se está fazendo a privatização para beneficiar as áreas ricas, mas se está fazendo com o compromisso de que – na telefonia isso é nítido – os setores mais carentes do Brasil sejam atendidos da mesma maneira. E o Governo está com os instrumentos para controlar esse processo.

Há, portanto, uma mudança na visão do que faz o Estado. O Estado não vai gerir diretamente, mas o Estado vai continuar tendo uma ação fiscalizadora. O Estado não vai criar os fundos de acumulação, não vai tirar recursos via imposto, mas os recursos terão que ser feitos de investimentos e compromissos de investimentos para o cumprimento de programas que são previamente acertados e definidos pela autoridade pública. Há, portanto, um reforço da ação pública, para que possa lidar com essas áreas, que são áreas mais dinâmicas do Brasil.

Essa é uma vertente. Isso é reforma do Estado. A reforma da administração é uma parte pequenininha, não é a reforma do Estado. A reforma do Estado são essas outras áreas. E na área social também. Na área social, a vertente é outra. Eu lhes disse que havia três vertentes principais. Uma era essa, de um Estado mais regulador, mais indutor, mas que não perde força, que capitaliza recursos, que induz a que o recurso seja investido de tal maneira que promova maior igualdade na própria sociedade.

No outro setor, que é o setor social, aí há uma outra vertente. Qual é essa outra vertente do setor social? A outra vertente do setor social diz respeito ao seguinte: à quebra do clientelismo e do burocratismo. Isso é uma batalha longa. Não a vencemos em toda a linha, mas em muitos setores avançamos muito.

Talvez onde mais se tenha avançado tenha sido o setor da educação, em que, pela primeira vez, efetivamente, nós estamos dedicando o grosso do nosso esforço à educação primária, à educação de base. Isso não quer dizer desmedro à educação universitária.

A União herdou cinquenta e poucas universidades federais. Elas consomem 70% dos recursos do Ministério da Educação. Não é a melhor maneira de consumir esses recursos. A maneira constitucional nos

obrigaria a ter uma outra disposição, e não temos recursos para fazê-lo, que é pagar metade, pelo menos, do ensino primário.

O ensino primário não é atribuição do Governo Federal, é municipal e estadual. Mas é atribuição do Governo Federal criar instrumento – de novo – de fiscalização, de viabilização, de estímulo e de financiamento.

Nessa área, mudou-se quase tudo. Fizemos uma coisa que se chama Parâmetros Curriculares. Foi feita uma análise de todos os currículos, e essa análise não foi feita por burocratas, foi feita por um conjunto de centenas de professores. Não sei de que partido nem de que universidade. Os mais competentes. Discutiram amplamente.

Hoje há dez volumes. A partir de agora, do mês passado, os 2 milhões de professores primários, e na primeira leva 600 mil, vão receber em suas casas a redefinição – Matemática, Português, Geografia, História, Ciências Sociais – da primeira à oitava série. Eu acho que já foi feito para a primeira, mas eu não tenho certeza, até aqui.

E aí, a idéia é uma educação sem preconceitos; uma educação, realmente, igualitária, sem preconceito de raça, contra a mulher, contra o índio. Vamos acabar com isso, limpar tudo isso. E não é obrigatório, é apenas um guia para isso. Isso não diz respeito ao conteúdo.

Referi-me à valorização do professor primário. Vão receber, nas zonas mais pobres do Brasil, vão duplicar ou triplicar mesmo o salário dos professores. Muitas reclamações. Primeiro – e algumas são justas –, o Governador do Rio de Janeiro merece meu reconhecimento público, porque é o Governador de um estado que vai ter um prejuízo grande – prejuízo, não – para passar recursos para os municípios, porque é um dos critérios, lá, para os municípios. O Governador compreendeu a importância do programa e não reclamou nessa matéria. E o Governo Federal tem a obrigação de compensá-lo de outra maneira.

Mas a verdade é que as escolas primárias vão ter um aumento grande no salário do professor, porque nós mudamos o critério de distribuição de recursos e porque a União vai dar uma complementação, de tal maneira que em nenhum município do Brasil o professor ganhe menos, por mês, do que a média de gasto *per capita* anual. Isso deve ser, mais ou menos – pasmem – 315 reais, 320 reais.

Isso pode parecer ninharia. Só que, em muitas partes do Brasil, o professor ganha abaixo do salário mínimo. Então, vai multiplicar por dois ou por três, sobretudo nos estados do Nordeste e da Amazônia. E isso vai ser, ao mesmo tempo, uma injeção de ânimo e de recursos para essas regiões mais pobres.

Nós que somos – pelo menos eu – do Centro-Sul nos equivocamos, muito freqüentemente, quando vemos os números. Realmente, nós temos ainda que atender, e muito, àquelas situações de maior desespero que são, infelizmente, numerosas no Brasil. Os Senhores, que são militares, que convivem com essa realidade, sabem disso. Aliás, têm sido cooperadores constantes nessa busca de melhoria da situação das zonas mais carentes.

Pois bem, fizemos isso. Criamos um sistema de educação a distância, que conta atualmente cerca de 50 mil aparelhos de televisão instalados, com cursos especiais, com sinal especial. Vai levar algum tempo para que todos esses aparelhos sejam usados, mas começam a ser usados. São usados para treinar os professores e não os alunos. E os pais dos alunos, que vi indo às escolas, nas zonas da Amazônia, para receber alguma informação, e isso é importante.

Estamos distribuindo recursos diretamente à escola, diretamente à diretora da escola. Vamos distribuir mais, no ano que vem, sob a condição de que eles tenham Associação de Pais e Mestres, para controlar o que se vai fazer com aquele pequeno recurso, mas que ela usa saltando prefeito, vereador e deputado.

Introduzimos critérios técnicos para a distribuição de ônibus para as zonas rurais, para evitar que houvesse o privilegiamento político nessa matéria.

Distribuimos, no ano passado – neste ano, eu não sei – 116 milhões de volumes, comparados com os 58 milhões do ano anterior, para as crianças. E estamos distribuindo no início do ano letivo, coisa que nunca tinha sido feita.

O esforço aí é muito grande. Mas, qual é o sentido disso? O sentido disso é acabar com o clientelismo, acabar com a necessidade de o deputado, de o vereador, de o prefeito vir lutar para ter aquela escola. Não

acabar com o interesse de deputados, vereadores e prefeitos pela educação na sua região, e motivar, e exigir, e cobrar, mas acabar com a relação de submissão do professor ou do corpo de direção da escola ao setor político. Não é fácil.

Estamos fazendo a mesma coisa na questão habitacional, com alguns problemas mais complicados e com muita reclamação. Porque, para distribuir os recursos do FGTS, o Fundo de Garantia dos trabalhadores, há controle dos sindicatos. De modo que colocamos os sindicatos controlando lá, na distribuição do FGTS, porque o dinheiro é deles.

Em segundo lugar, a distribuição não se faz discricionariamente, faz-se através de estudos técnicos e através da existência de um Conselho, onde tem que ter alguém da oposição: um vereador da oposição, o padre, que geralmente é contra, e assim vai, para que nós possamos ter controle social. Porque não se pode descentralizar sem o controle social. Mas nós estamos descentralizando.

Então, na área social, nós estamos descentralizando, estamos tentando quebrar os vínculos de clientela. Isso é um processo. Não adianta apertar um botão, que não resolve. Também não adianta não entender a situação objetiva. O político bem-intencionado que, às vezes, ainda não entendeu o processo geral, vai ter que entender. Estamos fazendo isso.

Na área de reforma agrária, nós fizemos uma transformação muito grande, também. Só para lhes dar alguns elementos de informação, nós, neste ano, vamos superar a meta de assentamentos. Quando fui candidato, eu disse que nós iríamos assentar 280 mil famílias. Houve grande... grande, não, porque, na época, o debate não estava tão forte. Mas houve quem promettesse 1 milhão também. Mas eu achei que não dava para ser mais que 280 mil.

Disseram que nós não iríamos fazer nada. Nós estamos à frente da meta. E, se tudo correr bem, no ano que vem serão mais 100 mil famílias. Vamos superar um pouquinho isso. Serão cerca de, no conjunto, 300 mil famílias. Isto são 30% a mais do que tudo o que foi feito, no Brasil, nos últimos 30 anos.

Reclamações vão existir sempre. Não há lugar que eu vá, no Brasil, que não tenha uma bandeirinha do MST – e gente que não é do MST –

para protestar e vaiar. Mas o programa está andando, e a população acaba percebendo que as coisas estão andando.

É uma maravilha? Não é. É muito complicado. É muito difícil dar condições de sobrevivência para as pessoas que lá estão. Quando se for fazer a avaliação, haverá muitos defeitos. Mas nós criamos um programa, chamado Pronaf, no qual eu deposito grandes esperanças, que é um programa de fazer com que os recursos possam fluir para o pequeno. E esse programa, que atendeu 30 mil pessoas, no primeiro ano, está atendendo 300 mil famílias, neste ano. Está se expandindo.

Então, aí, na área social, nós estamos procurando, pelo menos pelo exemplo, chegar mais perto. Estamos procurando quebrar o clientelismo. Isso é o Estado reformulado, é o Estado reconstruído, um Estado que atende à população, que atende ao público.

Claro que, para o Estado atender à população, é preciso que haja, também, certas quebras de regra. Falou-se tanto da estabilidade, quando se for ver o que está dito, lá, são duas coisas só: uma, que foi aprovada já, na Câmara, é que, se a pessoa não tem desempenho, ela possa ser, por critérios objetivos, posta à margem – porque não é justo que o País pague por quem não cumpre. E o outro critério diz respeito não à União, mas aos estados e aos municípios, no cumprimento da Lei Camata, para que não se ultrapasse uma certa porcentagem de gasto com pessoal.

Porque, no Brasil, nós tivemos estados que gastavam mais de 100%, ou seja, se endividavam para pagar pessoal. E há estados onde os governadores já fizeram tudo o que podiam fazer para modernizar o estado, para torná-lo mais racional, onde o custo da máquina vai entre 80% e 90%. E, com esse custo, não é possível fazer nada mais, nada mais, a não ser pagar pessoal. E é preciso ter alguma coragem para dizer com critério, sem perseguição, como também prestando atenção ao momento, para que as pessoas não fiquem no desemprego, criando condições justas. Mas não é possível deixar que o estado vire, simplesmente, uma máquina voraz para nada. Tem que ser uma máquina voraz, sim, mas com eficácia. Voraz de eficácia, de ação e de desempenho.

Então, essa é a vertente. É por aí que nós estamos reformando o Estado, na área social. Mas eu disse que havia uma terceira vertente. A

terceira vertente é a seguinte: o Estado, o Governo, tem muitos recursos, dispõe de fundos de acumulação. E ele dispõe de um conjunto de bancos, que são os seus pilares, nessa área: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia.

Nós mudamos, radicalmente, a orientação nesses bancos. No Banco do Brasil, nós, no ano passado, injetamos 8 bilhões de reais, porque estava sem condições de enfrentar o seu dia-a-dia, porque o patrimônio líquido seria negativo. Oito bilhões de reais. É claro que nós exigimos do banco, também, contrapartidas. E é claro que essas contrapartidas implicam a diminuição de pessoal, porque ele é inviável, ele não tem como competir com os outros setores, se ele tiver... ele paga melhor, o que é bom, se houver mais eficiência. Mas não é possível ter a mesma quantidade de pessoal, uma quantidade enorme de pessoas.

Não era essa a causa principal das dificuldades do Banco do Brasil. A causa principal é o acúmulo de empréstimos não pagos. Eu me orgulho de lhes dizer que, pelo menos desde o Governo do Presidente Itamar Franco, eu nunca telefonei para o Banco do Brasil, como Ministro da Fazenda ou como Presidente da República, mandando dar empréstimo a quem quer que seja. E duvido que alguém do meu Governo tenha feito isso de mandar dar o empréstimo. Porque, quando se manda dar o empréstimo, quando o empréstimo vai com o carimbo político, ele não é pago – ou melhor, o povo paga.

E nós encontramos cerca de 20 bilhões de empréstimos chamados “podres”, ou seja, que o devedor não tinha condição de pagar. Isso não é fruto de um governo, nem é responsabilidade de um governo; isso é fruto de uma cultura e tem por trás a inflação. No período inflacionário, isso levou a minar a ação possível do Banco do Brasil.

Em conseqüência, o Banco do Brasil, que era o grande banco do desenvolvimento agrícola, passou a ter, erradamente, horror dos agricultores, que pagaram o custo de empréstimos não pagos. Alguns poucos eram agricultores, outros não. E criou-se uma dificuldade imensa, que eu levei dois a três anos para gerir a questão. Baixamos as taxas de juros. E, apesar desse último aumento – já vou me referir a ele, da taxa de juros – isso não afetou os empréstimos agrícolas, nem do pequeno

nem do médio tomador de dinheiro. Nem dos que têm contatos com o Banco do Brasil, porque o setor agrário fica à parte disso, e nós baixamos a taxa de juros. A taxa de juros, hoje, para o pequeno, é negativa, praticamente. Do micro, nesse Programa Pronaf.

E, para os que têm empréstimo normal, é 9,5%, se a inflação for de 4,5, é 4,5% de juros, é um juro razoável. E é isso que vai dando o desenvolvimento da agricultura. Voltamos a produzir, voltamos a plantar. Então, o Banco do Brasil está sendo saneado.

A Caixa Econômica está sendo saneada, também – e eu não vou entrar no detalhe, porque aqui é um assunto... desde que houve a fusão do Banco Nacional de Habitação com a Caixa Econômica, aquilo ficou muito difícil de definir melhor. E, muitas vezes, ainda, há competição entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, o que leva a perdas de recursos, não se racionalizam os recursos. Ainda assim, acho que nós estamos mudando o comportamento dessas agências financiadoras.

Mas as mudanças mais notáveis são no BNDES e no Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste fazia 20 mil empréstimos por ano; hoje, faz 20 mil por mês. E fazia para os grandes; hoje, faz para os pequenos e para os médios. Há agentes de desenvolvimento comunitário que vão saber quem precisa. Cada duas cidades do Nordeste têm um agente do Banco do Brasil que vai lá na ponta, para saber quem precisa, como precisa, do pequeno e do médio. Isso é fundamental.

E o BNDES, que foi formado – na época, com razão – para criar grandes capitalistas nacionais, com juros subsidiados, mudou a orientação. Está apoiando a reconstrução da indústria de autopeças, está apoiando a reconstrução da indústria de calçados, está apoiando a reconstrução da indústria têxtil. Tem até o Banco do Povo, tem até o Banco da Terra, que estamos criando, para a questão do assentamento. E o Banco do Povo, para emprestar 200 reais, 300, 500, não o BNDES em si, mas para passar para agências que possam fazer isso. E passou a apoiar fortemente a exportação brasileira. Nós não teríamos vendido os nossos aviões da Embraer se não fosse o apoio direto do BNDES no financiamento. Hoje, o exportador tem condições de competir, se for de interesse nacional, porque o BNDES tem como equali-

zar essas taxas. Ou seja, mudamos a concepção do BNDES, para adaptá-lo aos tempos de hoje.

Por aí vê-se, portanto, que, implicitamente a esses programas todos, tem uma visão de Estado, tem uma filosofia, tem um rumo. E esse rumo pode ser explicado com clareza. E não tem nenhum outro objetivo, senão o de transformar o Estado brasileiro num Estado mais competente para o momento em que vivemos.

Temos problemas na área social. Temos problemas na área de saúde. Não conseguimos resolver tudo até hoje, embora tenhamos os agentes comunitários de saúde, os médicos de família. Estamos mudando o modelo. E estou convencido de que, quanto mais recursos tiver, menor será a eficiência, porque esses recursos, o Ministério da Saúde, nesse ano, deve ter 19 bilhões de reais. Isso, eu já disse aqui, é metade de todo o disponível. E acho que quem tem 19 bilhões de reais tem que ter uma outra solução, porque não é questão de mais recursos. Vejo, a toda hora, *lobbies* que vêm do Congresso, dos hospitais, que vão fechar, que não-sei-o-quê, e não vi nenhum hospital efetivamente fechando, nenhum dono de hospital ficando pobre. Eu vejo, sim, o Governo se matando para ter mais recursos para a saúde e também não vejo que a população esteja bem atendida, pelo contrário.

Então, nós temos que mudar, e estamos mudando. Temos que voltar ao sistema do posto de saúde, *desospitalizar* o atendimento, porque o atendimento diretamente no hospital, essa atração do grande hospital, é caríssima, e a pessoa fica morrendo pelos corredores. Não tem nem o carinho necessário, para ter um tratamento digno. Então, acho que devo dizer que o Ministro está trabalhando no que pode, mas acho que nós, na saúde, vamos ter que fazer ainda muito mais esforço.

Na educação, eu acho que nós já conseguimos ter um rumo mais claro. Na universidade ainda não, vou me esforçar por isso, mas cada assunto a seu tempo.

E na reforma agrária a batalha foi dura. É dura, mas nós estamos respondendo a ela, até porque isso é imperativo nacional, é até de segurança, para as populações não ficarem em desespero.

Quereria, antes determinar, de falar – já falei demais – sobre a conjuntura, rapidamente que seja, e no final eu falaria alguma coisa mais

direta aos Senhores, que estão aqui, das Forças Armadas. Mas, no que diz respeito à conjuntura, nunca o Brasil esteve – pelo menos desde o início do Plano Real – numa situação tão confortável quanto em outubro deste ano. O déficit na balança comercial diminuiu, já era visível, em outubro. As exportações aumentaram fortemente neste ano. O déficit operacional do Governo diminuiu. Enfim, tudo esteve de acordo com o programado.

Não obstante, nós tivemos um forte desafio, que tive de enfrentar, de maneira rápida, forte, decidida. Por quê? Toda a gente sabe que nós vivemos num mundo globalizado. Não se sabe, entretanto, completamente, o significado disso. Quando digo “não se sabe” é que não se sabe.

Quando eu tomei posse na Presidência da República, fui ao Chile, país onde vivi alguns anos. E fui, fiz uma conferência, numa instituição na qual trabalhei alguns anos, que é a Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas, a Cepal. E, naquele discurso, eu disse que acreditava que a Cepal se deveria dedicar exclusivamente à discussão dos mecanismos financeiros internacionais, porque nós estávamos – como estamos – com uma nuvem, quase como se fosse uma nuvem atômica, de alguns trilhões de dólares sobrevoando o mundo, que aterriza ora num país, ora noutro; que não tem controle de nenhum Banco Central, nem do Banco Central dos Bancos Centrais, que é o BIS, Bank for International Settlements, da Basileia, nem o de Zurique. Nenhum deles tem controle sobre essa massa de recursos, e os efeitos que essa massa de recursos pode ter, da equivalência do El Niño, quando a água do Pacífico esquentada do Atlântico também.

Todas as vezes em que houve reunião do chamado G-7, que são os sete presidentes – agora são G-8 – dos países mais ricos do mundo, eu mandei cartas a eles sobre esse ponto, algumas com sugestões.

O primeiro encontro que tive com o Primeiro-Ministro do Canadá, com quem falei recentemente, e voltei a esse tema, é o Chrétien, ele me alertava para o fato de que o Canadá – isso foi em 95 – tinha sofrido um abalo por uma dessas especulações.

Mandei cartas aos Presidentes do G-7. Conversei com o Presidente Chirac. Conversei com o Presidente Clinton, na primeira vez que

estive com o Presidente Clinton, até mesmo a pedido do Doutor Michel Camdessus, que é do Fundo Monetário, que alertasse o Presidente Clinton para certas questões que podiam ocorrer. E eu o fiz. As cartas estão aí. Sugeri que houvesse uma espécie de grande *stand-by*. *Stand-by* é um empréstimo que o Fundo Monetário dá aos países que têm dificuldades, e que fica, então, à disposição, para mostrar ao mundo que, se houver necessidade, o país vai ter como sacar recursos.

Digo: ora, diante da crise mexicana, que aconteceu em 94, nós precisamos de um *stand-by* enorme. Estão fazendo isso agora, às pressas, com a Coreia, com a Indonésia, mas sem um mecanismo de antecipação. E, no meu modo de ver, precisaríamos de um grande *stand-by*, disponibilidade para um *stand-by*, e um mecanismo de monitoramento, para que as economias fossem mais bem informadas, umas sobre as outras, para que não pensassem, como agora, por exemplo, que o Brasil é Tailândia ou é a Indonésia, ou que Hong Kong pudesse ser abalado, porque abalou a Tailândia; que houvesse um maior monitoramento e alguns instrumentos desse tipo.

Para dizer de outra maneira: todas as instituições de regulação internacional disponíveis, hoje, foram criadas depois da Segunda Guerra Mundial, num acordo chamado Bretton Woods. E ali havia duas preocupações: uma, que o Plano Marshall deu conta, que era de reconstruir a Europa destruída, recriar as condições de economia, da economia capitalista, no mundo. A outra – claro, ficava subentendida – era com o bloco soviético, era a Guerra Fria. E a outra era garantir liquidez ao sistema internacional.

Isso queria dizer, naquela época, o seguinte: os países tinham que comerciar. Para que pudessem comerciar, tinham que ter reservas ou recursos para pagar as dívidas do fluxo do comércio. Então, tinha que haver liquidez. O Fundo Monetário cuidava da liquidez. Ficava olhando se o país estava muito endividado, pouco endividado, o que ia acontecer com a moeda dele, se ele poderia pagar. É isso o Fundo Monetário, até hoje. E o Banco Mundial para dar conta do desenvolvimento, consequência do Plano Marshall, etc., etc.

Só que, hoje, a liquidez é de outra natureza. Não se trata mais de o país ter ou não ter recurso para pagar o que ele compra e o que ele vende, importação e exportação, é outro o assunto. Hoje, essa massa de recursos enorme que existe e que, na linguagem dos economistas, eles chamam de “o mercado de derivativos”. O mais próximo de um mercado de derivativos é um cassino. É o seguinte – eu não sei se estou chovendo no molhado, os Senhores, talvez, todos saibam, mas em todo o caso, é o seguinte: alguém vai numa bolsa chamada de mercadorias e de futuros, diz que ele acredita que daqui a um mês, ele vai comprar 1 bilhão, ou 1 milhão ou 100 milhões, a unidade que seja, de dólares, e que ele, em vez de pagar, como teria que pagar, hoje, 100 milhões de reais, ele vai pagar 120 milhões de reais, ou seja, ele está apostando que o real vai se desvalorizar em 20%.

Para fazer essa aposta, ele coloca o que os economistas chamam “uma margem”. Ele põe 2,5% da aposta na bolsa. Se houver a desvalorização, ele ganhou. Se não houver a desvalorização, ele tem que pagar. E ele vai perder. Então, fica nesse jogo de apostas. Quando eles percebem que uma economia tem alguma fragilidade, por exemplo, no caso da Ásia, a fragilidade consistia basicamente no seguinte: muitos capitais especulativos para construções. Só o aeroporto de Hong Kong custou 13 bilhões de dólares. Os Senhores imaginem que para pagar 13 bilhões de dólares é um século, e o empréstimo é de 20 anos. Eu estou imaginando, não sei quanto é. Então, é claro que aí vai ter um problema.

O Japão teve isso em 91. Os Estados Unidos tiveram isso de especulação imobiliária, anteriormente, com os fundos de pensão. O Japão teve desde 91 e entrou em estagnação, eu não sei se é verdade, mas calculem em centenas de bilhões de dólares de empréstimos podres – o que eu disse sobre o Banco do Brasil, que tínhamos 20 bilhões, tem centenas de bilhões nos bancos japoneses. Então, quando isso começou, os países asiáticos começaram a construir muito e, ao invés de aumentar a sua economia real, a taxa de juros muito baixa no mundo, tem muito dinheiro sobrando, taxa de juros baixa, toma-se dinheiro, empresta-se, aí os que emprestam começam a perceber que talvez tenham dificuldade em receber de volta o dinheiro, começam a subir a taxa de juros, aí

olham para o câmbio desse país e dizem: “Olha, esse país só tem um jeito de poder pagar: ele vai ter que desvalorizar”, e atacam a moeda. O que eu estou dizendo é isso: atacam lá.

Quando atacam muito, o que acontece? Muita gente que não tem noção do que está acontecendo, que é quotista de fundo ou de ações, fica assustada e vende o que tem, e tem prejuízo. E quem tem prejuízo não é o indivíduo mais, são os Fundos. Os Fundos têm mais agilidade. Eles vão realizar o lucro onde eles tiveram lucro. A Bolsa de São Paulo subiu 80% de janeiro até agora. Com toda essa crise, ela está com um lucro, ainda, de uns 30%. Então, vende o papel no Brasil, faz dinheiro, manda o dinheiro para fora, para cobrir o prejuízo que teve lá. Esse é um dos mecanismos disso, em jogo. Em suma, é isso. Com as apostas, quando aí os especuladores locais e também internacionais vêem isso e dizem: “Ah bom, o Governo não vai agüentar. Se o Governo não vai agüentar, vamos apostar contra”. E tomam o dinheiro lá fora para apostar contra. Bem, e tomam o dinheiro aqui dentro. A aposta é feita em real, neste caso – são muitos casos – neste caso, tomam o dinheiro em real.

O que é que o Governo tem que fazer? O que é que o Governo faz, numa hora dessas? Pode não fazer nada. A Tailândia não fez nada. A Indonésia custou muito a fazer. O Governo diz a vocês “Estou tomando reais para comprar dólar, então eu vou aumentar a taxa de juros porque vocês vão ficar com os dólares na mão, sem ganhar”. A taxa de juros vai lá para cima. Se vocês quiserem pegar mais real para especular com o dólar vão pagar muito juro. É por isso que sobe a taxa de juros. Sobe a taxa de juros para impedir que especuladores tomem reais para jogar contra o dólar, e para dizer: “Olha, vocês que estão com esses dólares na mão, vão perder. Tem gente que está com o real e está ganhando”. Esse é o jogo, *grosso modo*. Eu estou simplificando, obviamente, até porque eu mesmo não sou economista. Mas esse é o jogo.

Então, o Governo não pode hesitar nessa hora. Se ele piscar, ele perdeu. Ou ele sobe a taxa de juros e diz: “Olha, eu tenho recursos para manter a moeda”, e tem que ter recurso, por isso que nós temos essas reservas enormes. Num dia de especulação podem ir embora 5 bilhões, 10 bilhões, vende-se, bom, porque tem que acreditar que vai voltar. Por

quê? Quando se diz assim: “O Brasil perdeu 8 bilhões”, não: O Brasil tinha 8 bilhões em dólares e o Banco Central vendeu esses 8 bilhões e recebeu reais. Não perdeu nada. Perdeu dólares, mas tem reais. Só perde quando desvaloriza. Porque, aí, para comprar os mesmos dólares, ele vai ter que colocar mais reais. É um braço-de-ferro. Esse é o jogo, é um braço-de-ferro.

É um braço-de-ferro que é difícil de a população entender. E que tem preço na economia real. Porque quando o juro sobe, aperta imediatamente... não aperta a agricultura, não aperta a cesta básica, mas aperta o crediário e, por esse caminho, diminui a procura. Diminuindo a procura, pode diminuir a produção. Então, o Governo tem que estar ágil o tempo todo e entender esse mecanismo – os Senhores são militares e sabem: fez o estudo da situação, onde é que está o adversário, onde é que está a bateria dele, fogo nela; mas toma cuidado, depois tem que mandar a infantaria para ocupar –, temos que fazer a mesma coisa. Nós temos que ver, bom, fogo lá. Agora, vamos ver, reativa aqui, reativa ali. Faz um fundo para empresas exportadoras. Melhora a condição da exportação. Aumenta a condição civil. Aumenta agricultura. Para evitar o quê? Que se generalize aquilo que é ruim, que é a perda da atividade econômica. Por isso é que eu, a toda hora, quando faço meus discursos, digo: “Olha, não comecem a prever tragédia para o ano que vem, porque eu não quero tragédia. Vou fazer tudo para evitar isso.” É uma dinâmica, é uma luta.

Bem, então, isso, *grosso modo*, é o que está acontecendo no mundo. Os Senhores viram que ainda ontem, no Japão, teve banco de investimento que perdeu não sei quantos bilhões. A Coreia, que é um pouco diferente – eu não vou entrar em detalhes – o Fundo Monetário fez um tremendo *stand-by*, diz: “Olha aqui: não adianta especular que vocês têm dinheiro aqui.” É o que eles estão fazendo.

Nós, aqui, não pedimos licença a ninguém. Nós fizemos... Não é para ajudar os outros, é para nos ajudar. Fizemos o que era necessário fazer. Nessa hora, não há o que discutir, tem que fazer. “Ah, mas a eleição”. Eleição não é problema, o problema é o Brasil. “Ah, mas eu vou ferir tal categoria”. Paciência. Paciência. É duro ferir. Não feri ninguém.

Mas paciência, não tem jeito. Ou faz isso e agüenta, sustenta o fogo, ou então não tem jeito. Nós sustentamos o fogo. Isso não quer dizer que as coisas estejam... nunca estão resolvidas, tem sempre problemas.

Mas o mundo viu que aqui tem, *hay gobierno*, e tem mais que isso. A sociedade entendeu. O Congresso, pelo menos no primeiro momento, respaldou, e precisa respaldar. Precisa respaldar, precisa entender que é assim. Quer dizer, nós não temos que discutir quem ganha, quem perde, entre nós. Nós, digo, políticos. Não pode ser isso. Esse pensamento tem que ficar de fora, inteiramente. Temos que fazer o que é necessário para o Brasil. Temos que fazer, vamos fazer e vamos ganhar. Por isso que eu disse qual é o rumo. Nós temos o rumo no Estado, nós temos o rumo na economia, nós estamos mudando muita coisa no Brasil. Vamos mudar mais. Nós recebemos esse ano quase 17 bilhões de dólares. Eu vi um dado, ontem, que é a coisa mais importante, é olhar qual é taxa de poupança, de investimento, que tinha caído para 13%, agora subiu para quase 18%. Nós temos que chegar a mais de 20%. Não se faz do dia para noite. Mas a tendência é essa, porque isso é que assegura emprego no futuro, é ter mais investimento, mais crescimento.

Então, esse é o jogo internacional, com essas incertezas. Nós vamos ter, ao mesmo tempo, em algum momento, no próximo milênio, nós vamos ter que ter mecanismos de outra natureza no mundo para lidar com esse fenômeno, mas enquanto não tivermos, nós temos que fazer dentro de nós mesmos as coisas. E para isso foi importantíssimo o Governo estar numa situação que lhe permitia atuar. Nós fizemos muito sacrifício. Os Senhores fizeram muito.

Nós não podemos deixar que o sacrifício feito se esboroe. Se nós tivéssemos feito isso, se não tivéssemos tido uma gestão, digamos, controlada das coisas, claro, atendendo ao que é essencial e tal, nós, hoje, não teríamos recursos para contra-atacar. Contra-atacamos. Eu acho que vamos avançar mais e vamos superar, estamos superando, essas dificuldades.

Vejam que a economia real não teve nada, não houve nenhum problema com e economia real. A infra-estrutura avançando, as obras de construção, é claro que nós vamos ter que, agora, olhar para preservar o

essencial. Não se pode, diante de uma situação dessas, dizer: “Então, pára.” Não pára nada. Vamos ver o que dá para fazer. E, numa hora dessas, tem que avançar mais e não avançar menos. Claro, sem utopia, sem loucura, mas tendo sempre presente, por isso comecei a falar tanto do Estado, do que o Governo está fazendo, tendo sempre presente que nós não estamos lidando com um mercado, nós estamos lidando com o país, com gente.

O mercado interfere na gente. O mercado dá o sinal, mas o mercado não pode comandar o País. O País tem que ter seus objetivos, tem que ter sua razão de ser. É claro que, tendo objetivos e desrespeitando, ou não levando em consideração, o mercado não atinge os objetivos. Mas, se tiver capacidade de entender as circunstâncias, manter os objetivos, o que vale é a Nação, o que vale é o País, não é o mercado em si. Embora esse mercado, como nós estamos vendo, tenha uma força enorme, força irracional que eu comparei com o cassino, que no caso dos derivativos, efetivamente, é um jogo que, num dado momento, especulam contra, e os Senhores sabem também que, nessa hora, quem está siderado pelo lucro especula contra o que quer que seja. E o Governo sabe disso e também tem que ter atitude firme e fazer saber àqueles que estão especulando que o Governo sabe que, no seu momento, e o momento chega a toda hora, terão conseqüências pela falta de sentimento patriótico. De tanto falar nisso, há um certo tipo de gente que é pregar no deserto.

Mas eu termino dizendo que aqui tenho certeza de que não estou pregando no deserto, estou falando com gente que é patriota.

Termino agradecendo, porque acho que a postura das Forças Armadas tem sido de um profissionalismo extraordinário. Eu tenho dado esse depoimento a toda a gente. Sei o que significa o esforço que tem havido aqui de contenção. Sei que não é fácil. Sei que as Forças Armadas têm se mantido com um total apartidarismo político, com um forte comprometimento com a democracia. Quem dá esse exemplo tem condições pessoais para dá-lo toda a vida.

Nunca tive uma relação negativa com as Forças Armadas, nem podia ter, está no sangue. Mas também tive momentos de muita dificuldade. Eu posso dar o depoimento, e o dou ao Brasil, e o dou ao mundo, de

que o sentimento e o comprometimento democrático de disciplina, de apoio, a compreensão do Brasil, e essa questão que acho também que é muito importante sentir, que esse Brasil é um Brasil que só vai para frente se nós entendermos que há muita miséria e que, portanto, há muita exclusão. Mesmo nessa questão tão delicada da reforma agrária. Eu tenho conversado tanto com os oficiais que me ajudam, eles têm tido uma compreensão muito grande. Nós temos tido prudência, firmeza também, mas prudência, porque sabemos que há problemas que vamos ter que enfrentar.

Eu os vi no exterior, fui a Angola. Eu acho que nós, hoje, temos uma certeza: a de que as nossas Forças Armadas têm capacidade operacional. O trabalho que tem sido feito no Mercosul, união das Forças. Participei, recentemente, de um exercício, treinamento de Forças do Brasil, Argentina e Uruguai. Fui lá a Angola ver as nossas tropas do Exército lá, no interior de Angola. É uma coisa realmente emocionante de ver, também, aquele povo que está valorizando a nossa presença. Eu acho que o que nós, o que o Governo tem podido fazer, em termos de equipamento, é o mínimo que nós temos que fazer. E temos feito, dentro das nossas possibilidades, em termos de alguns empréstimos externos. Temos discutido assuntos delicados, com compreensão na questão relativa ao Ministério da Defesa, cujo objetivo, para mim, não tem nada a ver com o que se diz aí, em termos de subordinação das Forças Armadas ao poder civil. Isso não existe.

Nós temos, hoje, uma relação de compreensão democrática, de respeito à Constituição. Não precisa criar ministério nenhum para que isso ocorra, nem há injunções externas que me comovam. Aqui, é outra questão, a questão é operacional. Nós somos testemunhas disso, que nós temos feito isso com espírito de ampla compreensão, ampla cooperação quanto ao modo, quanto ao tempo, com um único objetivo, que é o de aumentar a nossa capacidade efetiva de defesa. E estou convencido, hoje, de que essa defesa tem uma abordagem nova. Como houve uma *transnacionalização* do crime também, entre muitas coisas, essa defesa entre o externo e o interno hoje, as questões se colocam de uma maneira um pouco diferente do que se colocavam no passado, inclusive a

responsabilidade da defesa aumentou muito. Creio que o próprio Congresso Nacional tem tido a sensibilidade para entender que, realmente, hoje, é preciso ter um diálogo muito fluido com as nossas Forças Armadas, para que elas possam fazer frente a essas novas ameaças, que não são ameaças, pura e simplesmente, digamos, militares, são mais graves, são ameaças que dizem respeito, às vezes, até à concepção de vida. Há certos efeitos do narcotráfico que são terríveis. Eu nunca confundi a função própria do militar com a função de repressão ao narcotráfico, os militares sabem disso. Mas aqui a preocupação com a integridade básica deste país vem fazer parte de uma concepção de defesa. E nesse clima de liberdade que nós vivemos, de democracia, de entendimento e harmonia, eu acho crescente a necessidade de que haja – e está havendo – uma interação maior entre a sociedade civil e o Estado. E, diga-se de passagem, a sociedade civil no conceito clássico. E eu, como não faço parte da sociedade civil, como Presidente da República, eu faço parte do Estado, que é outra coisa. E é entre as forças que não são do Estado e as forças que são do Estado que essa cooperação, essa identidade tem que ser cada vez maior.

Quero, portanto, terminar dizendo que toda a vida como Senador, como Ministro do Exterior, como Ministro da Fazenda, como Presidente da República, até como criança, eu pude sentir de perto o que tem significado esse espírito, que realmente merece o reconhecimento de todo o Brasil, que é esse espírito de devotamento, de compreensão, às vezes mesmo de abdicção de questões materiais que eu sei que são justas, mas que não tem sido possível atender, o que só faz com que o Presidente da República diga aos Senhores, de todo o coração: muito obrigado.